

**18. 2ª ADENDA AO CONTRATO Nº CPI/1/17/DACPGP –  
LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO MERCADO  
MUNICIPAL TEMPORÁRIO:**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal a minuta da 2ª Adenda ao Contrato Nº CP/1/17/DACPGP Locação de Equipamentos Destinados ao Mercado Municipal Temporário.

**2.º ADENDA AO CONTRATO N.º CPI/1/17/DACPGP****Locação de Equipamentos Destinados ao Mercado Municipal Temporário**

Entre :

**PRIMEIRO: MUNICÍPIO DE BRAGA**, pessoa coletiva 506 901 173, representado pelo presidente da Câmara Municipal, **RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, na qualidade de 1.º outorgante.

E

**SEGUNDO: SPORMEX – EVENTS & EXHIBITIONS, LDA.**, pessoa coletiva 503 037 605, com sede no Parque Industrial de Celeirós, Lote P1B-P2, Apartado 2068, 4701-975 Aveleda, neste ato representada por \_\_\_\_\_ como 2.º outorgante, na qualidade de gerente, com poderes para o contrato, conforme se verifica pela consulta à certidão permanente n.º 4407-0148-5433, válida até 20/11/2020, que se arquiva.

**Considerado que:**

1. Em 9 de maio de 2018, entre o Município de Braga e a sociedade representada pela 2.ª outorgante, foi celebrado o CONTRATO N.º CPI/1/17/DACPGP, que tem por objeto a **“Locação de Equipamentos Destinados ao Mercado Municipal Temporário”**, na sequência do Concurso Público com publicidade internacional: CPI/1/17/DACPGP, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações vigentes, adjudicada por deliberação do órgão executivo, de 19 de março de 2018, pelo preço contratual de 884.988,48 € (oitocentos e oitenta e quatro mil novecentos e oitenta e oito euros e quarenta e oito centimos), com a renda mensal de 73.749,04 € (setenta e três mil setecentos e quarenta e nove euros e quatro centimos), objeto de visto prévio pelo Tribunal de Contas, em 20/09/2018 – Proc. 1578/2018
2. Este contrato de locação foi outorgado com o prazo de execução de 12 meses, tendo início da execução em 14-03-2019.

3. O contrato de “Locação de Equipamentos Destinados ao Mercado Municipal Temporário” encontra-se umbilicalmente relacionado com o procedimento, lançado em paralelo, tendente à celebração de um contrato de empreitada de “Requalificação do Mercado Municipal”, tendo a Câmara Municipal de Braga, em 22-11-2018, deliberado a sua adjudicação, sendo que a consignação ocorreu em 1-04-2019, prevendo-se um prazo de execução inicial e global de 300 dias.
4. Em virtude, primeiro, de razões processuais concretizadas na propositura de uma ação de contencioso pré-contratual urgente que teve por objeto o ato de adjudicação da empreitada de “Requalificação do Mercado Municipal”, com a consequente e automática suspensão da eficácia deste ato, a que se associou o despacho judicial de indeferimento do pedido de levantamento do efeito suspensivo, com trânsito em julgado em julgado 19-07-2019.
5. Em segundo, por virtude da ocorrência de razões substantivas, com origem direta na pandemia Covid-19, a execução do contrato de empreitada teve de ser objeto de dois Aditamentos modificativos:
  - a. um 1º Aditamento de 30-5-2020, prorrogando o prazo da obra por mais 126 dias;
  - b. um 2º Aditamento que prorrogou o prazo da obra de Requalificação do Mercado Municipal por 154 dias, com término em 30-10-2020.
6. Por força das vicissitudes ocorridas, imprevisíveis, e que conduziram aos dois referidos Aditamentos ao Contrato de Empreitada de Requalificação do Mercado Municipal de Braga, é de interesse público assegurar a prorrogação da execução do contrato de “Locação de equipamentos destinados ao Mercado Municipal Temporário” e, portanto, manter em funcionamento a locação dos equipamentos pelos meses subsequentes.
7. Por último, durante a execução do contrato de locação verificou-se a necessidade de execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões, de forma a ajustar a “causa-função” do contrato à melhor realização do interesse público municipal, com base na informação técnica produzida pelos serviços técnicos, cuja espécie, quantidades e preços unitários constam dos documentos anexos à dita informação, e que integram o presente contrato.

Nestes termos, entre as partes é celebrada a presente adenda de modificação ao contrato de locação acima identificado, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

## **CLÁUSULA 1.ª**

### **Prazo**

Atendendo aos reflexos diretos que a declaração do Estado de Emergência produziu no contrato de locação e a inevitável projeção das vicissitudes da execução do contrato de empreitada, que, inclusivamente, levaram à formalização de dois Aditamentos, na execução do contrato de locação, dada a dependência jurídico-funcional deste em relação àquele, originando alterações imprevisíveis das circunstâncias, é acordado:

- a) O prazo de execução do contrato é dilatado até 13-11-2020, data que assegura o fim previsto para a conclusão da empreitada de Requalificação do Mercado Municipal, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.
- b) O prazo indicado na alínea anterior poderá ser modificado pelo período estritamente necessário ao término da execução do contrato de empreitada, de forma a salvaguardar a eventualidade do prazo de execução do contrato de empreitada sofrer novo ajustamento.
- c) A modificação temporal mencionada na alínea anterior, deverá ser comunicada ao 2º outorgante, por escrito e com aviso prévio de 15 (quinze) dias, por carta registada com aviso de receção.

## **CLÁUSULA 2.ª**

### **Renda**

- 1. A título de locação pelos equipamentos fornecidos, o primeiro outorgante continuará a pagar ao 2º outorgante a renda mensal no valor de 73 749,04 € (setenta e três mil setecentos e quarenta e nove euros e quatro centésimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, mantendo-se assim os preços unitários constantes do contrato inicial que resultam da proposta do adjudicatário.
- 2. Os mencionados preços unitários manter-se-ão igualmente nas eventuais modificações temporais que se mostrem necessárias.

## **CLÁUSULA 3.ª**

### **Preço**

O preço pela execução das prestações contratuais da presente adenda é de **663 249,54 €** (seiscentos e sessenta e três mil duzentos e quarenta e nove euros e cinquenta e quatro centésimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, correspondendo a:

- a) Renda, no valor de 589 992,32 € (quinhentos e oitenta e nove mil novecentos e noventa e dois euros e trinta e dois cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- b) Trabalhos de suprimento de erros e omissões, no valor de 43 954,34 € (quarenta e três mil novecentos e cinquenta e quatro euros e trinta e quatro cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- c) Renda relativa aos trabalhos resultantes de equipamentos complementares alocados por razões funcionais, no valor de 29 302,89 € (vinte e nove mil trezentos e dois euros e oitenta e nove cêntimos), correspondendo à renda mensal de 3 662,86 € (três mil seiscentos e sessenta e dois euros e oitenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

#### **CLÁUSULA 4.ª**

##### **Caução**

Foi prestada pelo Segundo a favor do Primeiro, caução mediante Garantia Bancária/ Seguro Caução/ nº ....., pelo ....., até ao montante de € 33 162,48 (trinta e três mil, cento e sessenta e dois euros e quarenta e oito cêntimos), destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Segundo no âmbito do processo relativo à adjudicação nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes.

#### **CLÁUSULA 5.ª**

##### **Encargos Orçamentais**

A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente à **presente adenda ao contrato**, a realizar no atual ano económico, é a seguinte: \_\_\_\_\_, conforme cabimento n.º \_\_\_\_\_ e compromisso n.º \_\_\_\_\_, ambos de \_\_\_\_\_, e corrigidos em \_\_\_\_\_.

#### **CLÁUSULA 6.ª**

##### **Disposições Gerais**

1. Tudo o que não se encontra especialmente regulado pela presente adenda de modificação ao contrato reger-se-á pela disciplina constante do contrato de locação, modificado pelo presente instrumento, assim como pelo Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

2. As restantes cláusulas do contrato de locação, acima identificado mantêm-se inalteradas.

#### **CLÁUSULA 7.ª**

##### **Vigência**

A presente adenda formaliza a dilação do prazo de execução do contrato de locação e demais modificações objectivas a que se refere a Cláusula 3.ª, sem prejuízo da sua fiscalização pelo Tribunal de Contas, nos termos do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 46.º, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.

Esta adenda foi elaborada em duplicado, aos \_\_\_\_\_ dias do mês de agosto de 2020, ficando um para o **MUNICÍPIO DE BRAGA** e outro para a empresa **SPORMEX – EVENTS & EXHIBITIONS, LDA..**


O Primeiro Outorgante,

---

(Ricardo Rio)

O Segundo Outorgante,

---

Com  
2009.01  


**Assunto:** Prorrogação da Execução do Contrato nº CPI/1/17/DACPGP – **Locação Equipamentos destinados ao Mercado Municipal Temporário** e Autorização para execução de serviços – serviços de supressão de erros e omissões.

Adjudicatário: Spormex –Events & Exhibitions, Lda,

Valor: 884 988.48€

Início da Locação: 14-03-2019

Prazo: 12 meses

### **Enquadramento**

Regime aplicável: Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro.

Por força dos aditamentos ao contrato da obra de “Requalificação do Mercado Municipal” levando à prorrogação do prazo de execução da obra para 31 de Outubro de 2020 é necessário prolongar o aluguer dos equipamentos do Mercado Temporário mantendo-o em funcionamento até, pelo menos, essa data e nas condições do contrato CPI/1/17/DACPGP, devendo ainda considerar-se duas semanas para a transferência definitiva dos comerciantes e seus equipamentos para as novas instalações. Ficará então o novo prazo definido para 13 de Novembro de 2020, ou seja, 8 meses para além do prazo inicial.

Tratando-se de um processo de complexidade relevante houve uma clara orientação no sentido de avançar com dois procedimentos: o primeiro, para instalação e locação de equipamentos, o segundo numa empreitada para todas as especialidades envolvidas; com enquadramento legal diferente e para o mesmo período de tempo, 12 meses.

Com o desenvolvimento e implementação das especialidades deteta-se várias situações em que é necessário ajustar o projeto com a correção de algumas peças para a devida compatibilização com as restantes especialidades, circunstância essa que leva à necessidade de suprimir, nalguns casos, e adicionar noutros, alguns trabalhos e serviços, cujo saldo se cifra nos 43 954.34€ (quarenta e três mil novecentos e cinquenta e quatro euros e trinta e quatro cêntimos), 3 662,86€ (três mil seiscientos e sessenta e dois euros e oitenta e seis cêntimos) em renda

mensal, 4,97% do valor do contrato, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, trabalhos cuja espécie ou quantidade não está prevista no contrato e que não podem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato, trabalhos esses imprescindíveis para a conclusão do fornecimento e disponibilização do serviço global.

Feita a análise aos preços unitários, a ordenação das propostas avaliadas no procedimento de formação do contrato não seria alterado com esta proposta de modificação.

Com a necessidade de prolongar o serviço objeto de contrato há também a necessidade da continuidade do aluguer dos equipamentos complementares entretanto realizados, num valor total de 29 302,89€ (vinte e nove mil trezentos e dois euros e oitenta cêntimos) o equivalente a 3 662,86€ (três mil seiscentos e sessenta e dois euros e oitenta e seis cêntimos) de renda mensal.

Junta-se em anexo à presente informação a proposta de aprovação de execução dos serviços de supressão de erros e omissões que não podem ser tecnicamente e/ou economicamente separável do objeto do contrato.

---